TL32

DECLARAÇAO POLÍTICA DO DEPUTADO EDUARDO PEREIRA EM 12.03.92

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

O ***Lusitânia Expresso*** regressou a Darwin depois de ter sido impedido de aportar a Dili. A Missão Paz em Timor está de regresso a Lisboa.

A Comissão organizadora da Missão solicitara o apoio dos portugueses enquanto expressão de solidariedade humana com o povo de Timor, e como contributo para uma chamada de atenção ao Mundo para a situação daquele povo.

O propósito da Missão era tão somente depositar uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz.

O povo português acompanhou as dificuldades que a Missão enfrentou antes da partida, solidarizou-se com os seus objectivos, esteve permanentemente atento à viagem.

Lançada ao mar a coroa de flores, na esperança lendária timorense de que o mar as leve às praias de Timor, cumpriu-se o propósito expresso.

As imagens da força naval e aérea da Indonésia que bloqueou a passagem do *Lusitânia*, a reprodução da gravação com as ameaças do comandante da força naval, as imagens da cerimónia religiosa a que se procedeu e os testemunhos dos jovens de vinte e um países e dos jornalistas que integravam a missão, continuarão a chamar a atenção do mundo para Timor.

O Governo português e o grupo parlamentar do PSD acabaram por aceitar, sem grande entusiasmo, a ideia da Missão. As suas hesitações podiam, porém, ter comprometido a viagem.

Houve exagero na repetição da afirmação de que a Missão não se enquadrava em nenhuma acção governamental. É claro que se tratava do sacudir da água do capote, face a esta expressão de solidariedade da sociedade civil.

Mas, pode o Governo contar apenas com a razão que assiste a Portugal neste diferendo? Não compreende o Governo que necesita da total adesão do povo português a esta causa, antes de solicitar a mobilização e a compreensão de outros povos para o sofrimento do povo timorense?

O Governo não pode manter-se indiferentre a estas

manifestações da sociedade civil. Deve enquadrá-las, deve apoiá-las, deve acarinhá-las.

Por isso o Governo não pode perder mais tempo sem definir uma política para Timor que vá ao encontro das aspirações do povo timorense. Timor não é um assunto de política interna. Timor é uma questão de apoio às justas aspirações do povo timorense de dispor do seu futuro.

Os partidos representados na Assembleia da República devem participar na definição dessa política, nas análises da situação, no lançamento das acções.

Essa política tem que ser conhecida, compreendida e respeitada pela sociedade civil.

Nas questões de Timor não pode haver segredos entre Governo e oposições.

A realidade está muito longe de ser esta.

Não me falem mais da política das grandes questões nacionais a exigir o meu silêncio, a minha resignação, o meu imobilismo. Falem-me de grandes questões nacionais a exigir a minha contribuição, que levem em conta as minhas divergências,

que apelem ao meu consenso.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

A Comissão Eventual não recebe qualquer informação do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros desde a reunião de 26.10.91 em que tomou conhecimento da suspensão da visita dos deputados portugueses por razões que ainda hoje as oposições desconhecem.

É lamentável e altamente inconveniente a situação criada nos últimos meses.

Desde Outubro de 1991 que a questão de Timor vem evoluindo sem que a Comissão a possa acompanhar devidamente. Tomamos conhecimento pela comunicação social de acontecimentos de extrema importância, sem termos possibilidade de confrontar o responsável pela política externa sobre as possíveis consequências de tais acontecimentos.

E o mais grave, ainda, com tanta falta de tempo do Senhor Ministro, é a dúvida que se instalou em mim de a política

de Timor não estar nas mãos do Governo mas sim de burocratas do Ministério.

Morrem jovens na igreja de Motael, quarenta e oito horas depois de Lisboa anunciar a suspensão da visita dos parlamentares portugueses. A par destes assassinatos, arranca uma campanha contra o bispo Ximenes Belo e contra a Igreja de Timor.

A resistência pede à potência administrante que tome medidas que possam conduzir a uma condenação internacional, a uma investigação internacional, a uma reunião do Conselho de Segurança, ao envio de um grupo de observadores do Secretário Geral para acompanharem o evoluir da situação.

Qual foi a resposta do Governo?

Lança-se a ideia de que Xanana Gusmão se vai render durante a visita dos deputados a Timor. Diz-se mesmo que esta teria sido uma das razões de suspensão da visita. Ramos Horta desmente tal atoarda.

Qual foi a reacção do Governo à realidade?

Tem lugar o massacre do cemitério de Santa Cruz no

qual morrem vários jovens timorenses, em número desconhecido mas que deve ter ultrapassado a centena e meia. Xanana Gusmão, perante a gravidade da situação, ameaça retaliar.

Que tem a potência administrante a dizer à situação que pode vir a ser criada?

Perante a reacção dos EUA e da Igreja a este massacre, o primeiro Ministro faz uma declaração em que afirma esperar da parte daqueles, uma condenação mais enérgica.

A sua declaração não é levada em conta. O Subsecretário dos EUA para a Ásia responde-lhe mesmo com o elogio da Indonésia e a condenação de Portugal.

Qual foi a reacção do Governo?

O Parlamento Europeu põe em causa a cooperação com a Indonésia. A Espanha anuncia que vai incrementar as suas trocas comerciais com a Indonésia. O Comissário Abel Matutes anuncia que voltaram a estar criadas as condições para retomar a cooperação. Portugal preside às Comunidades. Como é possível todo este descontrolo, este salve-se quem puder, este mercantilismo, sem que Portugal intervenha?

A Assembleia Geral da UEO pede o embargo de armas à Indonésia, na linha aliás do que já havia feito o Parlamento Europeu. Portugal faz parte da UEO mas duvida-se que tal pedido tenha sido satisfeito.

Um semanário anuncia que um deputado do PSD visitara a Indonésia, já depois do massacre de Santa Cruz. Como "*embaixador*", supõe-se. Que missão foi desempenhar? Porque não desmentiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros tal informação se ela era falsa?

Ali Alatas inicia por Londres uma campanha diplomática pelo Ocidente. É em Portugal que se dá maior relevo às suas posições. Este senhor vai mesmo ao ponto de afirmar que as relações com Portugal só não são melhores porque a Assembleia da República se opõe a que tal se consiga. Tem isto algum sentido?

No decorrer da 48ª Sessão da Comissão dos Direitos Humanos, é aprovada uma declaração sobre Timor Leste em substituição de uma Resolução apoiada pelos Doze. A Comissão não possui o texto definitivo da declaração e não pode, portanto, avaliar das diferenças. Preferiu-se a declaração à abstenção dos

EUA na Resolução condenatória. Há quem no entanto conclua que na fase final faltou a Portugal a solidariedade de muitos dos Doze.

Enquanto isto se passava em Genebra, uma delegação parlamentar portuguesa visitava Washington, tendo encontrado enormes dificuldades junto da administração americana.

Será possível que o Governo esclareça a Assembleia da República sobre estas dúvidas?

Para além de tudo isto, a Comissão Eventual não tem ainda regimento aprovado, não tem programa, não vota as emissões de ondas curtas para Timor, não tem plano de visitas parlamentares, em suma, está paralizada.

Para poder acompanhar a situação não nos resta outra possibilidade que não seja trazer ao plenário a análise e debate destas questões. Hoje, em forma de declaração política. Sucessivamente, em forma de interpelação ao Governo ou recorrendo mesmo à marcação das sessões necessárias para o debate de toda esta problemática.

Entretanto, Xanana Gusmão vai-nos alertando para a debilidade da guerrilha e para a necessidade de se encontrarem,

para Timor, soluções de fora para dentro, na expressão por ele utilizada.

Não exijam a nossa solidariedade à falta de política do Governo, porque ela não será dada.

A nosa solidariedade só poderá ser conseguida depois do Governo esclarecer satisfatoriamente todas estas dúvidas.

Ficamos a aguardar com bastante preocupação a inversão do sentido desta caminhada para o abismo.

AR, 12.03.92

(Eduardo Pereira)